



Entre travestis, medo da Aids e a Parada Gay: a nomeação de LGBT pelas páginas da Folha de S. Paulo

Eder Luis Santana¹

Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Resumo: Este artigo identifica como pessoas LGBT² foram nomeadas em textos da Folha de S. Paulo em diferentes contextos históricos. Foram coletados como *corpus* conteúdos publicados em junho de 1969, 1989 e 2009. O período determinado para seleção do material levou em consideração a Revolta de Stonewall³ como marco histórico. No âmbito metodológico, o trabalho é baseado na análise de conteúdo, porém, existem elementos de observação que transitam pela análise do discurso e do enquadramento. A pesquisa revelou que, além das variações das nomeações em cada mês, o sentido atrelado à visibilidade LGBT e o uso das fontes no jornalismo sofreu mudança ao longo das décadas, algo que reforça a tese da nomeação no jornalismo existir a partir de um processo heterônomo e revelador de como grupos identitários são tratados.

Palavras-chave: Nomeação. Jornalismo. LGBT. Sexualidade. Identidade.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (PósCom / UFBA). Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (IHAC / UFBA). É integrante do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NJOR), grupo de pesquisa vinculado ao PósCom. E-mail: eder.santana@gmail.com

² Neste trabalho, a sigla LGBT servirá para agrupar qualquer formação identitária dissidente da heterossexual. São lésbicas, gays, bissexuais, o universo trans (transexuais e travestis), dentre outros que se encaixem nas atuais variações da sigla.

³ Chamado também de O Levante de Stonewall, o caso aconteceu em 28 de junho de 1969. De acordo com Flávia Péret (2011, p. 29 – 31), o bar Stonewall, em Nova York, era alvo constante de batidas policiais por vender bebidas sem alvará e apresentar shows de dançarinos nus. Naquela noite, um grupo de travestis se insuflou contra a polícia e, em seguida, mais pessoas se uniram contra o poder repressor do Estado. “Para a comunidade gay, além de representar a insubordinação e a reação de pequenos grupos de homossexuais – em sua maioria latinos, pobres e travestis – à truculência policial, Stonewall significou a irrupção do movimento de defesa dos direitos dos homossexuais nos Estados Unidos e, posteriormente, no mundo”.

1. Introdução

Na final da década de 60, em pleno período militar, **travesti** era um nome associado ao universo masculino. Sua presença fissurava padrões na época em que moral e bons costumes eram vociferados. Em 1980, o pânico com o surgimento do vírus HIV colocou o sexo como porta de entrada para a morte. O estigma da doença associou nomes como **homossexual**, **aidético** e **infectado**. Se olharmos para os anos 2000, debates identitários ganham força e a diversidade aparece como discurso massificado. Eclodem, então, nomeações demarcadoras da visibilidade, como **gay**, **lésbica** e **homossexuais**.

São décadas intercaladas como parâmetro diacrônico ao objetivo deste artigo: observar a nomeação no jornalismo como ferramenta de reflexão para questões associadas ao universo LGBT e sua inserção nas narrativas de um jornal de referência. Essa é uma pesquisa exploratória, portanto, são consideradas apenas edições da Folha de S. Paulo, periódico de circulação nacional e com acervo disponível. Como marco histórico inicial à coleta de dados, foi escolhido junho de 1969 por conta da importância da Revolta de Stonewall para o movimento LGBT. Em seguida, o conteúdo do mesmo mês foi verificado em 1989 e 2009.

A inquietação central é desvendar como os LGBT foram nomeados e analisar a partir de elementos cruzados com análise das fontes e enquadramento. Em junho de 1969 foram encontradas apenas uma matéria e uma nota, número que sobe para 16 conteúdos em 1989 (nove matérias, quatro notas, um editorial, um artigo e uma crítica de teatro). Em 2009, quando a Parada do Orgulho LGBT completava 13 anos, a quantidade chegou a 40 conteúdos. Foram 20 matérias, seis notas, uma publicação especial dedicada à Parada LGBT, três artigos, duas perguntas de leitores a especialistas, uma carta de leitor, uma fotolegenda, uma crítica de cinema e cinco publicações na coluna assinada pela jornalista Mônica Bergamo.

Como há limitação de espaço no artigo, estão incluídos na análise apenas conteúdos noticiosos em formato de notas, fotolegenda e matérias, sendo descartados os materiais opinativos encontrados em colunas, artigos e textos de leitores. No âmbito metodológico, a base essencial foi a análise de conteúdo para localizar as nomeações a partir

das três fases propostas por Lawrence Bardin: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados com inferência e interpretação.

A primeira fase consiste na “escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”. O segundo momento é quando o conteúdo coletado é sistematizado e, se necessário, codificado e/ou categorizado. Por fim, a etapa de inferência e interpretação acontece à medida que os resultados apresentam cenários que levam às proposições de interpretações acerca do obtido (BARDIN, 2016, p. 125).

Há diálogo com a análise do discurso. Benetti (2010) explica que esse método, no jornalismo, é especialmente produtivo para dois tipos de estudos: identificação de sentidos e mapeamento das vozes. Durante o processo de observação do material coletado, são utilizados também elementos da análise de enquadramento (*frame*), como localização de palavras-chave e coocorrência de termos. É por meio do *frame* que os meios de comunicação conseguem introduzir modos de encarar um fato agendado pela mídia. Desse modo, é possível ativar processos de leitura da realidade que levam a audiência a pensar, sentir e tomar atitudes a partir de determinados enquadramentos (ENTMAN, 2010).

2. Nomeação e jornalismo

É pressuposto básico localizar a nomeação como elemento constitutivo da formação do saber por meio da linguagem. Ao nomear fatos e sujeitos, as palavras que nomeiam ganham a função básica não apenas de indicar a existência, mas de pulverizar um conjunto de sentidos em relação ao que é nomeado. A força da nomeação na relação estabelecida entre linguagem e conhecimento ganha espaço no que Michel Foucault chamou de Teoria do Verbo (FOUCAULT, 2016).

Na lógica foucaultiana, as palavras são fortalecidas pela proposição que carregam, pelo sentido emanado ao serem propagadas diante do outro. “O que erige a palavra como palavra e a ergue acima dos gritos e dos ruídos é a proposição nela oculta” (FOUCAULT, 2016, p. 129). Se tudo expresso pelo léxico é algo, as existências são compos-

tas por palavras que nomeiam. O filósofo sinaliza que se há representação por meio das palavras é porque um processo de nomeação antecede a representação sem si.

O discurso é formado por palavras que estão inseridas no processo linguagem / conhecimento graças ao que outrora foi nomeado. Logo, existe um processo de “generalidade do nome” que o faz circular socialmente (FOUCAULT, 2016, p. 136). O autor revela que, a partir do século XIX, a construção das normas da linguagem pela dinâmica gramatical trouxe um processo de fortalecimento dos nomes.

[...] todas as palavras, quaisquer que sejam, são nomes adormecidos: os verbos juntaram nomes adjetivos ao verbo ser; as conjunções e as preposições são os nomes de gestos doravante imóveis; as declinações e as conjugações nada mais são que nomes absorvidos. As palavras, agora, podem se abrir e liberar o voo de todos os nomes que nelas se depositaram (FOUCAULT, 2016, p. 143).

Foucault (2016) intitula de Teoria da Nomeação Generalizada a ideia de que sem o nome não há como existir palavras com proposições fortalecedoras da linguagem e, por consequência, do discurso. Ao considerar que “o nome é o termo do discurso” (p. 166), o filósofo direciona as nomeações como processos entre a linguagem e as coisas. Essa relação vai além das formas, pois nomear será tido, ao mesmo tempo, como “dar a representação verbal de uma representação e colocá-la num quadro geral” (FOUCAULT, 2016, p. 164).

Pode-se dizer que é o Nome que organiza todo o discurso clássico; falar ou escrever não é dizer as coisas ou se exprimir, não é jogar com a linguagem, é encaminhar-se em direção ao ato soberano de nomeação, é ir, através da linguagem, até o lugar onde as coisas e as palavras se ligam em sua essência comum, e que permite dar-lhes um nome. Mas, uma vez enunciado esse nome, toda a linguagem que a ele conduziu ou que se atravessou para atingi-lo, nele se reabsorve e se desvanece. De sorte que, em sua essência profunda, o discurso clássico tende sempre a esse limite; mas só subsiste se o recuar. Ele caminha no adiamento incessantemente mantido no Nome (FOUCAULT, 2016, p. 166).

A partir da semântica linguística, nomeação é “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, e sua existência será parte de um processo mais complexo: a designação, que consiste na significação atrelada às relações de linguagem exposta ao real nos contextos históricos. A semântica prevê a existência de dois elementos associa-

dos à nomeação: falantes e espaços de enunciação. Os primeiros são figuras políticas construídas. O processo de construção dos falantes acontece justamente nos espaços de enunciação, ambientes políticos nos quais há organização e distribuição de papéis, além de conflitos (GUIMARÃES, 2017, p. 12).

Os *mass media* podem ser considerados espaços de enunciação ocupados por sujeitos falantes que, a partir de posicionamentos determinados, escolhem quais nomeações devem ser pulverizadas nos discursos. Esses posicionamentos envolvem tanto elementos pessoais do jornalista como outros do campo jornalístico, como rotinas produtivas, linha editorial do veículo e relação com as fontes.

Dar nome a algo [...] é dar-lhe existência histórica. Não é trivial a velocidade com que uma data, 11 de setembro de 2001, passou rapidamente para a categoria do nome de um acontecimento. E enquanto nome apresenta-se sob a forma condensada 11 de setembro, inclusive em sintagmas nominais correntes como o 11 de setembro. O nome aí aparece como um modo incontornável de erigir algo em acontecimento da história (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Lage (2002) ensina que eventos são ordenados pelo jornalista não por sequência temporal baseada na realidade, mas pelo processo de produção da notícia que envolve seleção dos eventos, ordenação e nomeação. A seleção é composta por “ocorrências que o narrador omitirá e que lhe fugirão logo da memória” (LAGE, 2002, p. 21). Em seguida, elementos selecionados serão ordenados na hierarquização textual. Por fim, a nomeação.

Há compromissos e sutilezas nos nomes que se atribuem às coisas. Corpo seria pouco específico no contexto; defunto retiraria um tanto da dramaticidade que o cidadão atônito pretende transmitir; presunto o desqualificaria socialmente, na ótica do interlocutor (LAGE, 2002, p. 21 – 22).

Lage (2002) remete à reflexão de como a nomeação no jornalismo opera em lógica específica e diz respeito ao uso de termos que carreguem sentido de fácil compreensão. Quando uma nomeação é incorporada pelo jornalismo, os fatos carregam mais do que informações. Passa-se a ter nomes que, para além da ocorrência noticiada, retransmitem sentidos enraizados acerca de determinados sujeitos. Assim, a nomeação será tida aqui como processo heterônomo, ou seja, ela eclode inicialmente em instâncias da soci-

idade e, em seguida, é incorporada pelo jornalismo e legitimada socialmente a partir da sua disseminação.

3. Nomeações encontradas

A coleta de dados teve início com as edições de junho de 1969, cinco anos após o início da ditadura militar no Brasil. Pouco conteúdo associado a LGBT foi encontrado: uma matéria e uma nota. A primeira, veiculada no dia 19 com o título “Paraíso de nudistas no chile”, foi publicada na coluna “Dos 4 cantos”, que reunia fatos internacionais. Com cinco parágrafos, começa da seguinte forma:

Vinte e cinco “travestis” que participavam numa gigantesca orgia numa casa particular de Antofagada, Chile, foram detidos pela polícia. Da “festa” participavam 50 homens e apenas uma mulher. Os policiais, presentes no lugar em virtude de um chamado telefônico, pediram reforços, mas numerosos participantes da orgia conseguiram fugir pelas janelas dos telhados vizinhos ao “templo do amor”. Entre eles havia três estudantes argentinos, sem a documentação respectiva para permanecer no país, e usavam pastas com cartazes alusivos ao MIR (Movimento de Esquerda Revolucionário) e retratos do “Chê” Guevara (Paraíso de nudistas no chile. Folha de S. Paulo, Caderno Folha Ilustrada, 19/06/1969, p.22).

O primeiro destaque é para o uso da nomeação **travesti**, identificando-as como homens (“foram detidos pela polícia”). Em seguida, é possível observar como determinados nomes aparecem entre aspas: “travestis”, “templo do amor” e “Chê”. No restante da matéria, percebe-se como o nome travesti era associado ao uso de roupas típicas do “sexo fraco”.

A polícia prendeu oito “travestis” e 17 homens nus, que ao serem levados ao quartel policial, se cobriram com peças do “sexo fraco”, das quais se haviam despojado depois de espetacular “strip-tease”. Informou-se posteriormente que, no lugar, a polícia encontrou grande quantidade de cocaína, embora nenhum dos detidos apresentasse mostras de haver consumido a droga (AFP) (Paraíso de nudistas no chile. Folha de S. Paulo, Caderno Folha Ilustrada, 19/06/1969, p.22).

No trecho acima é possível perceber a necessidade de separar homens presos e travestis com destaque ao uso de roupas do “sexo fraco”. No entanto, há intencionalidade de questionar o nome travesti, colocado entre aspas. O segundo conteúdo encontrado

em junho de 1969 foi uma nota direcionada ao lançamento de um filme. Publicada no dia 20, traz no título o nome da obra: “Enfim sós... com o outro”.

Rogéria, ex-maquizador da TV Rio, é hoje, o travesti mais famoso do Brasil, e tornou-se um artista popular e possuidor de alto espírito profissional. Esmerado é seu cuidado nas roupas, na maquiagem e mesmo em sua forma física. Ele participa do filme Enfim sós...com o outro. [...] Esta maliciosa comédia estréia sábado no cine República (Enfim sós...com o outro. Folha de S. Paulo. Caderno Folha Ilustrada, 20/06/ 1969, p. 25).

A obra foca em dois irmãos gêmeos e suas aventuras amorosas com mulheres⁴. Mesmo não integrando o núcleo protagonista, Rogéria aparece como destaque diante do fato de ser “o travesti mais famoso do Brasil” e ter “alto espírito profissional”, dois agregadores de valor aos nomes Rogéria e travesti. Assim como no primeiro conteúdo, a nota evidencia como nomear alguém travesti significava alçar um homem à posição de destaque, seja pela negatividade da prática sexual ou diante do reconhecimento artístico.

O cenário difere na segunda coleta, em junho de 1989. A cobertura de junho de 1989 reuniu significativa quantidade de conteúdo, principalmente porque, entre os dias 05 e 10, aconteceu a 5ª Conferência Internacional sobre Aids, no Canadá, e a Folha tinha seu repórter no evento. Das nove matérias encontradas, sete tinham ligação com o debate HIV/Aids. Entre as quatro notas, duas repercutiam a mesma temática.

Fora do contexto HIV/Aids, as duas notas eram voltadas a crimes: a primeira sinalizava a possível prisão de um bispo acusado de aliciamento de menores para “prática homossexual”. A segunda sugeria que dois marinheiros teriam causado um acidente com 47 mortos, nos Estados Unidos, após brigarem por ciúmes. Em contrapartida, as duas matérias tinham conotação política. Uma era baseada na declaração de um político criticado por ter comparado brasileiros as travestis, enquanto a outra mostra como a pressão de entidades conservadoras levou ao cancelamento de exposição fotográfica com cenas de sexo explícito entre homossexuais.

A nomeação dos conteúdos foi sistematizada. Porém, por conta da limitação de espaço, será aprofundado o cenário encontrado no contexto LGBT e HIV/Aids. Nove

⁴ Informações sobre o filme estão disponível no site da Cinemateca Brasileira, plataforma que conta com o apoio da Secretaria do Audiovisual e do Ministério da Cultura. Link: www.cinemateca.gov.br

matérias coordenadas⁵ foram inseridas na contagem, sendo possível isolar nomeações em 22 textos. As nomeações mais recorrentes foram **infectados, homossexuais, aidéticos e doentes**, seguidas de outras menos frequentes como portadores do vírus e grupos de risco.

O diretor do Programa Mundial contra a Aids da Organização Mundial de Saúde, Jonathan Mann, disse na 5ª Conferência Internacional sobre Aids que o número de doentes no mundo – hoje cerca de 500 mil – deverá chegar a 4,5 milhões até o final da próxima década. Para uma população mundial estimada em 5 bilhões, o número de soropositivos (infectados que ainda não apresentam sintomas) é calculado em 5 milhões, e deve triplicar até o ano 2000 (Aids deve triplicar até o ano 2000, diz OMS. Folha de S. Paulo, Das Agências Internacionais, Caderno Cidades, 06/06/1989, p. C5).

Entre janeiro e maio deste ano foram notificados 465 casos em São Paulo e 192 mortes. O grupo de risco dos homossexuais é o que apresentou um maior percentual de casos (37,2%), seguido dos usuários de drogas (22,4%), bissexuais (14,2%), heterossexuais (9,7%) (Em São Paulo, média mensal de casos de Aids cai em relação a 88. Folha de S. Paulo, Da reportagem local, Caderno Cidades, 13/06/89, p. C3).

É evidente que muitas nomeações encontradas nesse contexto se referem a todos os pacientes soropositivos, e não apenas LGBT. Porém, como nesse período era forte o estigma do que se convencionou chamar de “grupo de risco dos homossexuais”, as nomeações citadas levam em conta que, ao serem aplicados aos LGBT, esses nomes repercutem de forma mais perigosa diante do processo histórico de exclusão e violência ligada a essa fatia da população. Inicialmente nomeado como “câncer gay” ou “peste rosa”, havia ligação direta entre ser portador do vírus HIV, ser vítima da Aids e ser associado à homossexualidade. Esse quadro começa a ser alterado quando outros setores da população adoecem e muda-se a orientação das pesquisas médicas e o próprio discurso em relação a doença (PERLONGHER, 1987).

Nos conteúdos coletados em 1989 não havia elementos de edição como chapéu, intertítulo ou linha-fina, sendo possível analisar títulos e legendas. Nos títulos, não há indícios de que a nomeação de LGBT seja colocada em destaque com frequência. Em apenas três há nomeação evidente. São eles: “Protestos fazem do congresso um ‘happe-

⁵ Matérias coordenadas são aquelas vinculadas à matéria principal. São publicadas com seus próprios elementos de edição, como títulos e legendas, e as informações que carregam, algumas vezes, são complementares à composição da matéria principal.

ning gay””; “Le Pen critica brasileiros e os compara a travestis”; e o terceiro é uma nota intitulada “Aidéticos”. A mesma tendência foi identificada nas legendas, com apenas uma evocando a nomeação (“Membros da organização de defesa de aidéticos ‘Act Up’ invadem a 5ª Conferências sobre Aids, no Canadá”).

O estilo das nomeações é alterado em junho de 2009. A temática LGBT esteve presente ao longo do mês, em especial por conta da 13ª edição da Parada Gay. Entre as 20 matérias encontradas, nove estão relacionadas ao evento, proporção maior entre as notas, haja vista que foram seis coletadas com cinco dedicadas ao mesmo tema. As nomeações mais recorrentes são **gay, homossexuais e lésbica**. Outras nomeações em menor quantidade foram homossexualidade, bissexuais, drag queen, LGBT e transexuais. Percebe-se a predominância de nomeações demarcadoras de aspectos identitários, como no exemplo a seguir:

Há até pouco tempo, as grandes empresas só davam espaço para eles se continuassem onde sempre estiveram: no “armário”. Nos últimos cinco anos, com os avanços do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), esse grupo começou a romper o silêncio e a lutar contra a discriminação, exigindo direitos iguais no ambiente de trabalho (Abrindo portas. Folha de S. Paulo, editoria Dinheiro, 07/07/09, B6).

Nomeações mais recorrentes⁶

1969	1989	2009
Travesti – 2	Infectados – 8	Gay – 12
	Homossexuais – 8	Homossexuais – 12
	Doentes – 8	Lésbica – 7

Em metade dos títulos há nomeação explícita de LGBT, como em “Bancada evangélica emperra projetos de gays no Congresso” e “Centro fará atendimento ambulatorial de travestis e transexuais em SP”. Porém, em outros três foram utilizadas expressões que remetem ao universo LGBT, como “Abrindo portas” (em contraposição ao sentido de estar no armário) e “Programas de diversidade correm risco de cair em descrédito”. Nos demais elementos de edição, como título, linha-fina e chapéu, não houve expressiva utilização da nomeação de LGBT.

⁶ Os números correspondem a quantidade de conteúdos nos quais as nomeações foram encontradas. A tabela completa com as nomeações encontradas pode ser localizada pelo link: <https://goo.gl/S1rCH5>

4. Uso das fontes

A análise serve também para reflexões ligadas à utilização das fontes. O mapeamento é feito a partir da proposta de Schmitz (2011), que sugere uma matriz de tipificação parcialmente utilizada aqui. O autor estabelece a classificação das fontes a partir de cinco parâmetros (categoria, grupo, ação, crédito e qualificação) passíveis de inter-relação. É explorada neste trabalho a categorização a partir de um desses aspectos, o de grupo. Nesse âmbito, as fontes podem ser divididas em oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referencial. A primeira é a oficial, a que se pronuncia por meio de órgãos mantidos pelo Estado diante da função ou cargo público ocupado.

A empresarial é a que representa uma corporação da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. No geral, “suas ações têm interesse comercial ou institucional e estabelecem relações com a mídia visando preservar a sua imagem e reputação”. A institucional atua em prol de uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. A fonte popular é a que se posiciona por conta própria, sem vínculo com organização ou grupo social. É contextualizada como “vítima, cidadão reivindicador ou testemunha”.

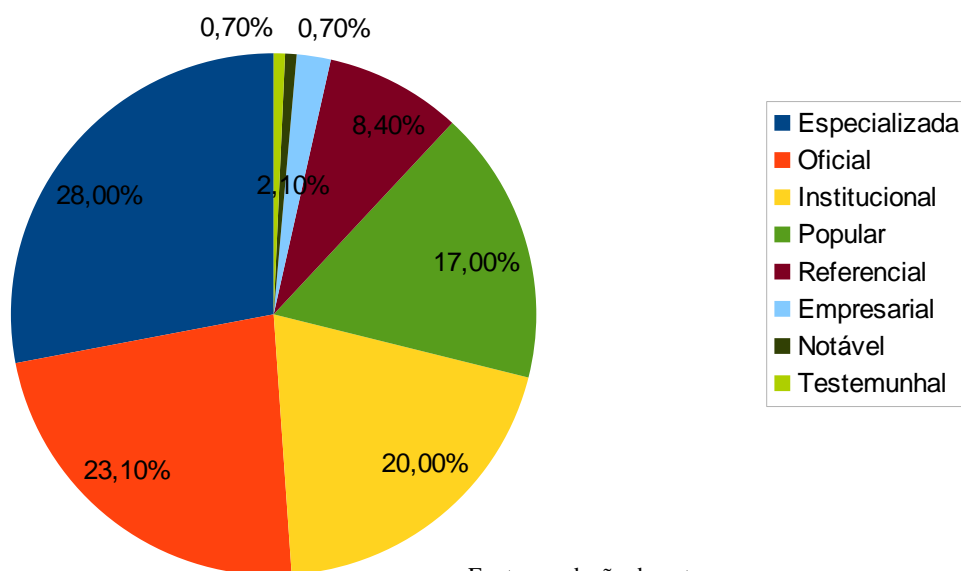
Em seguida, a fonte notável é reconhecida “pelo seu talento ou fama, geralmente artistas, escritores, esportistas, profissionais liberais, personalidades políticas, que falam de si e de seu ofício”. A categoria seguinte é a testemunhal, que representa o sujeito responsável por contar seu testemunho. A fonte especializada é a possuidora de “notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido”. Por fim, a fonte de referência é a ligada à “bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta” (SCHMITZ, 2011, p. 25 – 27).

De forma quantitativa, nos três meses houve o registro de 133 fontes espalhadas da seguinte forma: especializadas (30%), oficiais (24,8%), institucionais (14,3%), popu-

lares (18%), referenciais (9%), empresariais (2,2%), notável e testemunhal (0,7%, cada). Em 16 conteúdos não havia identificação alguma de fontes.

Em 1969, a nota não possui fonte. Na matéria, reproduzida na página 6, não existe identificação de fontes, apesar de ser conteúdo gerado pela agência de notícia AFP e, pelo modo como foi redigida, as informações são associadas à polícia em trechos como “policiais, presentes no lugar em virtude de um chamado telefônico, pediram reforços” e “a polícia encontrou grande quantidade de cocaína”.

Tipos de fontes (1969, 1989, 2009)



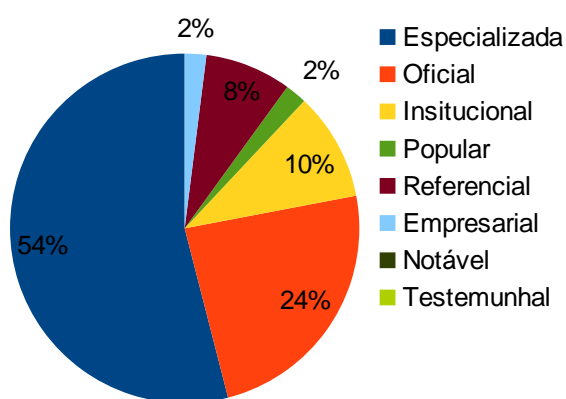
A diferença mais significativa está entre 1989 e 2009. No primeiro período, com 50 fontes identificadas, 54% era do tipo especialista, número reduzido a 15,9% no segundo ano. No geral, são médicos e pesquisadores que validam o discurso do saber em relação ao HIV/Aids, como pode ser conferido abaixo.

Inúmeros brasileiros participaram da conferência sobre Aids em Montreal. Paulo Augusto Ayrosa Galvão, diretor do Hospital de Isolamento Emílio Ribas (São Paulo), mostrou uma pesquisa entre travestis, dos quais 62% estão infectados e disseminaram a doença entre bissexuais. Pedro Chequer, da Fundação Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro), pesquisou a prevalência da tuberculose entre aidéticos, que passou de 10% em 1984 para 22% no ano passado (As pesquisas no Brasil. Folha de S. Paulo, Júlio Abramczyk, caderno Cidades, 10.06.89, p. C3).

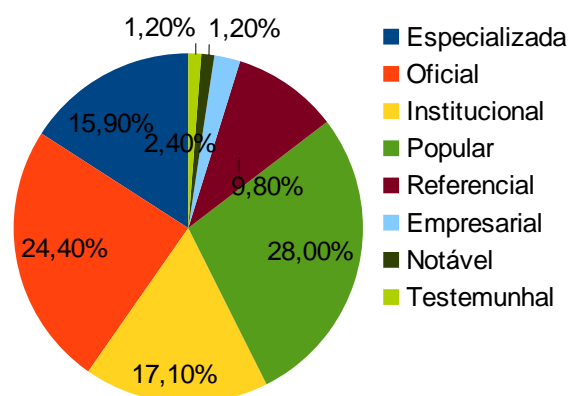
Ainda em 1989, há o não reconhecimento de sujeitos como fontes institucionais. Das cinco localizadas, quatro estavam sem a figura militante para validar informações, sendo que apenas as instituições são mencionadas. Essas fontes eram inseridas sem protagonismo diante das falas de médicos e pesquisadores, e aparecem, no geral, em coordenadas.

[...] em torno da problemática da Aids desenvolve-se uma postura no mínimo inadequada para um dos mais graves problemas mundiais da atualidade. Pequenos, porém ativos, grupos de homossexuais (com uma eficiente assessoria de imprensa) quase transformaram a reunião em um “happening”. A sessão inaugural foi atrasada em quase uma hora pelos seus protestos, lançaram um manifesto e, na sessão de encerramento, não faltaram vaias para as autoridades. Protestaram pelo direito ao tratamento e contra a sua marginalização social (Protestos fazem do congresso um 'happening gay'. Folha de S. Paulo, Júlio Abramczyk, caderno Ciência, 23.06.89, p. G5).

Fontes 1989



Fontes 2009



Fonte: produção do autor

Nos conteúdos de 2009, foi possível reconhecer 28% de fontes populares, categoria que teve apenas 2% de registro em 1989. Os textos desse período revelam a inserção de um novo elemento nas matérias: os personagens. A força da nomeação vem atrelada às pessoas que passam a ter suas histórias contadas.

Quando começou sua carreira na Caixa Econômica Federal, há oito anos, a publicitária Mariana Tavares, 31, não tinha se assumido como lésbica no departamento de marketing, onde atuava como analista. Acabou suportando pidades preconceituosas feitas por um colega de repartição. “Ele vivia repetindo que o banco estava cheio de gay e sapatão se alastrando que nem erva dani-

na”, diz (Abrindo portas. Folha de S. Paulo, editoria Dinheiro, 07/06/09, B6).

Nas demais categorias não houve significativa diferença quantitativa entre os períodos analisados, sendo possível identificar em ambos o pouco uso das fontes empresariais e referenciais. No caso das fontes notáveis e testemunhais, sequer há presença delas em 1989, e o índice é de apenas 1,2% em 2009.

5. Enquadramentos

Em junho de 1989, entre as 15 matérias e coordenadas encontradas no contexto LGBT e HIV/Aids, 12 reúnem três tipos de *frames*: relatório de casos da doença; possível cura ou vacina; foco na fala de pesquisadores. Cada um foi encontrado em quatro matérias, enquanto outras três matérias tiveram apenas um enquadramento isolado, cada. O primeiro *frame* reúne a divulgação de casos da doença. Costumam prevalecer nesse cenário as nomeações como aidéticos, homossexuais e homossexualismo, haja vista a ideia de que um “grupo de risco” estava mais propenso a propagar a doença. São matérias que trazem em seus títulos a relação numérica de crescimento ou queda, como por exemplo: “Aids deve triplicar até o ano 2000, diz OMS” e “Número de vítimas da Aids pode ser 50% maior”.

O segundo *frame* revela o anseio pela cura ou vacina e costuma estar atrelado a nomeações como pacientes infectados e portadores da infecção. Nos títulos, as palavras cura, vacina e tratamento aparecem, como em “Conferência sobre Aids enfoca novos tratamentos” e “Perspectivas para vacina contra Aids são sombrias”. O terceiro *frame* é o que valoriza a divulgação de pesquisas e falas de pesquisadores. Alguns exemplos são: “Inventor da vacina contra a pólio agora testa composto anti-síndrome”; e “Pesquisadores ainda duvidam de que o vírus HIV seja a causa da doença”.

Em 2009, foram observados os enquadramentos em dois blocos. O primeiro formado por 14 textos que citam LGBT em diferentes editorias, como economia, mundo e cotidiano. O segundo com 19 conteúdos direcionados à Parada do Orgulho LGBT. Entre o material coletado no grupo inicial, quatro eram direcionados ao combate ao preconceito, em especial por meio de relatos dos personagens. Entre os títulos estão: “Eu amo

igual” (jovens se reúnem para trocar experiências) e “Abrindo portas” (executivos contam o desafio de sair do armário).

A três quarteirões do ponto onde tradicionalmente acaba a Parada Gay, no centro de São Paulo, há uma casa onde a diversidade sexual é bem-vinda. Ao menos nas tardes dos primeiros domingos de cada mês, quando até 70 adolescentes gays lá se reúnem. Faz dois anos que esse grupo existe: é o Projeto Purpurina – ou “Purps”, para entendidos. Nas sessões do “Purps”, rolam vídeos educativos (sobre como a homossexualidade não é doença, por exemplo) e bate-papos entre os teens, com pitacos de psicólogos monitores (“Eu amo igual”. Folha de S. Paulo, caderno Folhateen, 22.06.09, p. 4).

Outros quatro enquadramentos foram observados na cobertura: luta política, sexualidade, entretenimento e consumo. Os três primeiros aparecem em três matérias, enquanto o último foi registrado em apenas uma. Por falta de espaço, não poderá ser problematizado cada um dos *frames*. No entanto, é possível percebê-los como mais humanizados do que em 1989, quando o foco era o discurso médico.

O segundo bloco de conteúdo é voltado aos textos direcionados à 13ª edição da Parada do Orgulho LGBT. Foram coletadas uma edição especial com cinco páginas no Guia da Folha, duas páginas gráficas da Revista Folha com dicas de bares e cafés no percurso da parada, além de três notas e oito matérias com duas coordenadas. O enquadramento mais recorrente é o do tom festivo, com detalhes dos preparativos do evento e serviço ao público, como locais de alimentação e roteiro de festas. O segundo enquadramento é o da violência, a partir de textos que destacam os casos registrados. Em seguida, aparecem na mesma proporção os *frames* que valorizam o tom político do evento e aquele relacionado a possíveis mudanças pensadas para a edição seguinte.

6. Considerações finais

O objetivo central desse artigo foi apresentar como pessoas LGBT foram nomeadas na Folha de S. Paulo em três diferentes momentos da história recente do Brasil. Após a localização dos nomes, foi possível contextualizar com o uso das fontes e enquadramento. A proposta, ainda em fase de construção, é estabelecer a nomeação como um elemento a ser problematizado dentro das Teorias do Jornalismo.

É tido como premissa básica que a nomeação de sujeitos e fatos, no jornalismo, é um processo heterônomo iniciado na sociedade e, em seguida, incorporado no discurso.

Em 1969, diante do pouco material encontrado, foi possível identificar como nomear alguém travesti significava atrelar determinada existência ao masculino. É o sujeito identificado como homem que apenas se veste com elementos do “sexo fraco”.

Em 1989, o cenário do HIV/Aids trouxe a nomeação com reforço do estigma. Ser LGBT significava ser mais propenso a ser chamado de infectado, aidético, doente e membro de grupo de risco. O discurso médicos tem influência nesse processo a partir de enquadramentos voltados à existência de sujeitos mais vulneráveis. O período de 2009 revelou nomeações atreladas à lógica identitária com gays, homossexuais, lésbicas, população LGBT e transexuais. Vinculado a esses nomes está o processo de visibilidade e a luta por direitos e combate ao preconceito.

A nomeação no jornalismo aparece como ferramenta de poder atravessada pela influência dos nomes e o potencial de disseminação massiva do seu sentido. Como afirma Rajagopalan (2003), “os nomes não passam de meras 'etiquetas' identificadores de objetos”, portanto, “é preciso pensar além da semântica dos nomes próprios para encarar o fenômeno de nomeação como um ato eminentemente político”. O autor sustenta a tese de que “no uso político de nomes e de apelidos que consiste o primeiro passo que a mídia dá no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados”.

Sabemos que toda notícia, toda reportagem jornalística, começa com um ato de designação, de nomeação. Aliás, a própria gramática tradicional nos ensina que é preciso primeiro identificar o sujeito da frase para então dizer algo a respeito ou, equivalentemente, predicar alguma coisa sobre o sujeito já identificado. É preciso, primeiro, nomear, para então dizer algo a respeito do objeto no mundo assim designado (RAJAGOPALAN, 2003).

O próximo passo dessa pesquisa é utilizar a nomeação como item auxiliar no processo de historicidade do movimento LGBT, tendo o jornal como base de análise. Explicar o porquê de algumas nomeações serem possíveis de existir no jornalismo de determinados períodos é um exercício de exposição das diretrizes de poder de uma época.

7. Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo. Edições 70, 2016.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. *In: Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (orgs.) – 3ª ed. Petrópolis, RJ: Coleção Fazer Jornalismo. Vozes, 2010.

ENTMAN, Robert M. Framing Media Power. *In: Doing News Framing Analysis: empirical and theoretical perspectives*. D'ANGELO, Paul; KUYPERS, Jim A (Orgs). Routledge: Taylor & Francis Group, New York and London, 2010

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 10ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 4ª ed., 2017.

_____. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *In: Letras*. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), n. 26, p. 53 – 62, 2003.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. 17ª ed. - São Paulo: Ática, 2002.

PÉRET, Flávia. Imprensa gay no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2011.

PERLONGHER, Néstor. O que é Aids. Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos, 4ª edição, 1987.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. *In: Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade, e a questão ética*. Rajagopalan, K.. (Org.). São Paulo – SP: Parábola, p. 81-88, 2003.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.